

---

# arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,  
independente, de acesso aberto, e multilíngue



Arizona State University

---

Volume 34 Número 55

9 de junho de 2026

ISSN 1068-2341

---

## O Enquadramento Normativo da Extensão na Educação Superior Angolana: Uma Análise à Luz do Modelo *Context, Input, Process, Product*

*Tomásia Francisca Estevão Morais*

Universidade Católica Portuguesa do Porto, Universidade Rainha Njinga a Mbande  
Portugal/Angola



*Cristina Palmeirão*

Universidade Católica Portuguesa do Porto  
Portugal

**Citação:** Morais, T. F. E., & Palmeirão C. (2026). O enquadramento normativo da extensão na educação superior angolana: Uma análise à luz do modelo *Context, Input, Process, Product*. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 34(55). <https://doi.org/10.14507/epaa.34.9592>

**Resumo:** A extensão universitária em Angola desempenha um papel relevante na aproximação entre a universidade e a comunidade, constituindo uma via de aplicação prática do conhecimento académico e científico para o desenvolvimento territorial, inovação comunitária, cidadania e capacitação social. Apesar da diversidade de iniciativas desenvolvidas pelas instituições de ensino superior (IES) angolanas, a ausência de orientações normativas claras tem condicionado a sua organização, articulação e sustentabilidade. Este estudo tem como objetivo analisar os desafios e as perspetivas da regulamentação da extensão universitária em Angola, considerando o contexto histórico, os dispositivos legais existentes e as fragilidades institucionais identificadas. Do ponto de vista metodológico, adotou-se uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa documental e análise hermenêutica de legislação, políticas públicas e documentos institucionais do ensino superior angolano, recorrendo ao modelo *Context, Input, Process e Product* (CIPP). Os resultados evidenciam a inexistência de uma política nacional estruturada de extensão universitária, o que compromete a sua articulação com o

ensino, a pesquisa e a responsabilidade social das IES. Conclui-se que o fortalecimento do enquadramento normativo da extensão universitária constitui um fator central para a sua institucionalização e para a consolidação do seu papel no desenvolvimento educacional e social no contexto angolano.

**Palavras-chave:** extensão universitária; políticas públicas; ensino superior; desenvolvimento comunitário; Angola

### **The regulatory framework of university extension in Angolan higher education: An analysis through the Context, Input, Process, Product Model**

**Abstract:** University extension in Angola plays a relevant role in strengthening the relationship between universities and the community, constituting an important pathway for the practical application of academic and scientific knowledge aimed at territorial development, community innovation, citizenship, and social empowerment. Despite the diversity of initiatives developed by Angolan higher education institutions (HEIs), the absence of clear regulatory guidelines has constrained their organization, articulation, and sustainability. This study aims to analyze the challenges and prospects of regulating university extension in Angola, considering the historical context, existing legal instruments, and identified institutional weaknesses. Methodologically, a qualitative approach was adopted, based on documentary research and hermeneutic analysis of legislation, public policies, and institutional documents related to Angolan higher education, using the Context, Input, Process, Product (CIPP) model. The findings reveal the absence of a structured national policy for university extension, which compromises its articulation with teaching, research, and the social responsibility of HEIs. It is concluded that strengthening the regulatory framework of university extension is a key factor for its institutionalization and for consolidating its role in educational and social development within the Angolan context.

**Keywords:** university extension; public policies; higher education; community development; Angola

### **El marco normativo de la extensión universitaria en la educación superior angoleña: Un análisis desde el modelo *Context, Input, Process, Product***

**Resumen:** La extensión universitaria en Angola desempeña un papel relevante en el fortalecimiento de la relación entre la universidad y la comunidad, constituyéndose como una vía para la aplicación práctica del conocimiento académico y científico orientado al desarrollo territorial, la innovación comunitaria, la ciudadanía y el fortalecimiento social. A pesar de la diversidad de iniciativas desarrolladas por las instituciones de educación superior (IES) angoleñas, la ausencia de orientaciones normativas claras ha condicionado su organización, articulación y sostenibilidad. El presente estudio tiene como objetivo analizar los desafíos y las perspectivas de la regulación de la extensión universitaria en Angola, considerando el contexto histórico, los dispositivos legales existentes y las fragilidades institucionales identificadas. Desde el punto de vista metodológico, se adoptó un enfoque cualitativo, basado en investigación documental y análisis hermenéutico de la legislación, las políticas públicas y los documentos institucionales de la educación superior angoleña, utilizando el modelo *Context, Input, Process, Product* (CIPP). Los resultados evidencian la inexistencia de una política nacional estructurada de extensión universitaria, lo que compromete su articulación con la enseñanza, la investigación y la responsabilidad social de las IES. Se concluye que el fortalecimiento del marco normativo de la extensión universitaria constituye un factor central para su institucionalización y para la consolidación de su papel en el desarrollo educativo y social en el contexto angoleño.

**Palabras clave:** extensión universitaria; políticas públicas; educación superior; desarrollo comunitario; Angola

## O Enquadramento Normativo da Extensão na Educação Superior Angolana: Uma Análise à Luz do Modelo *Context, Input, Process, Product*

Toda a atividade humana está sujeita a algum tipo de regulamentação. Na ausência de normas, o ser humano tende a agir guiado exclusivamente pelos seus interesses e desejos. Conforme a visão de Hobbes (1651), expressa na obra *Leviatã*, o homem em estado natural, é “lobo do próprio homem” (*homo homini lupus*). Significa isto que, vê o outro como obstáculo ou adversário na realização dos seus objetivos (Adolph, 2016; Silva, 2013). Nesta perspetiva, homens, sociedades e instituições precisam de regras e de normas que regulem a relação e a cooperação entre indivíduos.

Considerando o impacto que os resultados de pesquisas podem ter na vida das comunidades, é compreensível que diversos aspetos da prática científica estejam sob a alçada da lei. Pois, como destaca Gonçalves (1991), torna-se necessário apurar “a natureza do conteúdo da “ordem científica” e as relações desta com o sistema social em que se insere” (p. 90).

Desde a sua origem, a universidade tem desempenhado um papel fundamental na promoção do desenvolvimento local e regional. A sua missão centra-se na formação de pessoas e profissionais conscientes, munidos de uma sólida base ética e humanista, capazes de contribuir de modo eficaz para a construção e uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

Neste propósito, a extensão universitária representa a ponte entre instituições e comunidades, um eixo através do qual se implementa a responsabilidade social e se ativa a relação entre a academia, a comunidade e a sociedade.

Em Angola, vigora uma norma jurídica, a Lei n.º 32/2020, de 12 de agosto e a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (LBSEE, 2020), que, tal como nos outros lugares do mundo, prescreve que as universidades têm na sua missão, o ensino, a pesquisa e a extensão universitária, tornando clara que as funções desta unidade são “substantivas, equivalentes e constitutivas da prática académica” (Ima-Panzo, 2018, p. 11).

Pela sua natureza, a extensão, tal como o ensino e a investigação, precisa de ser sustentada por bases sólidas de fundamentação e regulação, por uma estrutura administrativa adequada e recursos financeiros suficientes para justificar a sua identidade e sustentabilidade. (Augusto, 2020; Ayres, 2015; Cristofolletti & Serafim, 2020; Ima-Panzo, 2018; Paula, 2013; Silva, 2016).

Nesse sentido, estudos no campo das políticas educacionais têm demonstrado que a ausência de quadros regulatórios claros tende a fragilizar os processos de implementação das políticas públicas, deslocando para as instituições a responsabilidade pela sua operacionalização e produzindo respostas fragmentadas e desiguais (Fernandes et al., 2022). Essa dinâmica ajuda a compreender as dificuldades de institucionalização da extensão universitária, sobretudo em contextos em que não existem diretrizes nacionais específicas que assegurem coerência, coordenação e mecanismos de avaliação sistemática.

Num contexto global marcado por crescentes exigências de eficiência, *accountability* e relevância social, o ensino superior em Angola enfrenta desafios estruturais que se traduzem em persistentes crises de estabilização institucional. Estas crises manifestam-se, entre outros aspetos, na dificuldade de consolidação da missão das instituições de ensino superior, na fragilidade dos princípios que orientam a governação académica e na limitada institucionalização de políticas de garantia da qualidade e de responsabilidade social. No âmbito dessas tensões, a extensão assume particular relevância enquanto dimensão estratégica das políticas de ensino superior, na medida em que constitui um espaço privilegiado de mediação entre a universidade, o Estado e a sociedade. A ausência de modelos organizacionais consistentes e de enquadramentos políticos claros tem limitado o potencial da extensão universitária como instrumento de promoção da qualidade académica, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável, evidenciando a necessidade de políticas institucionais alinhadas com a missão universitária e com as orientações

regionais e internacionais (Altbach, 2016; Comissão da União Africana, 2015; Santos & Filho, 2008; Silva, 2004 ; Vallaeys, 2014).

No domínio da ciência e inovação e.g., Angola tem vindo a realizar diversos investimentos estratégicos, destacando-se a implementação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (DP 201/2011; FUNDECIT, 2021). A referida política, enquanto instrumento orientador, assume um papel fulcral de carácter transversal, sendo considerado essencial para impulsionar o desenvolvimento sócio económico sustentável e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos (Angola, 2011, p.3570). Paralelamente, têm sido feitos grandes investimentos na massificação e na melhoria da qualidade de ensino, bem como no reforço das infraestruturas em todo o país. A valorização crescente da ciência do conhecimento e do papel social da universidade tem contribuído para colocar, segundo Nóvoa, (2019), “a universidade no centro da *polis*” (p. 56), intensificando as expectativas sociais quanto ao seu compromisso com o desenvolvimento e a responsabilidade social.

Neste horizonte, torna-se essencial identificar e compreender os critérios que definem o sucesso no âmbito da responsabilidade social. Na prática, a extensão universitária emerge como um eixo vital entre a academia e as comunidades, funcionando como um espaço de mediação dialógica para o desenvolvimento socioeconómico, a justiça social, a educação e a cidadania ativa. Contudo, a ausência de uma política nacional clara e estruturada para a extensão universitária compromete a definição de pressupostos sólidos de dialogicidade entre a academia e as comunidades circundantes. Esta lacuna, como facilmente se pode depreender, dificulta a consolidação de práticas de extensão coerentes, sustentáveis e alinhadas com os desafios atuais.

Do exposto e face à crescente valorização da extensão universitária como vetor estratégico de transformação social, torna-se necessário aprofundar o conhecimento sobre as bases que sustentam a sua implementação em Angola. Esta necessidade é particularmente relevante quando se considera a diversidade de contextos institucionais, os recursos disponíveis, os processos organizacionais e os resultados efetivamente alcançados.

Com este enfoque, a presente investigação adota o modelo de avaliação CIPP (Stufflebeam, 1999, 2019), como referencial metodológico para a avaliação da extensão universitária em Angola. A escolha deste modelo justifica-se pela abordagem abrangente e formativa, que permite compreender não apenas os resultados, mas também os contextos, recursos e processos envolvidos. A operacionalização do CIPP será realizada por meio de análise documental, enquanto técnica de recolha de dados capaz de possibilitar a análise hermenêutica de fontes institucionais, normativas e operacionais (Afonso, 2014). O modelo CIPP fornece subsídios teóricos e metodológicos que orientam a avaliação, permitindo construir diagnósticos rigorosos, identificar áreas de melhoria e apoiar a tomada de decisões estratégicas para fortalecer a relevância social e a efetividade das ações de extensão universitária (Kui, 2023).

Da análise, constatamos o conhecimento e compreensão do conceito e efeito prático das ações de extensão. Todavia, é evidente a carência de investigações que abordem de forma sistemática os procedimentos concretos, as ações implementadas e os resultados observáveis tanto nas comunidades envolvidas quanto nas próprias universidades (Morais & Palmeirão, 2025, p. 26). A este cenário soma-se a ausência de uma regulação específica, onde as consolidações de práticas instituições integradas carecem ainda de sistematização e suporte estratégicos para promover impactos sustentáveis.

### **Extensão Universitária: Contextualização e Conceitos**

A extensão, desde os primeiros sinais da sua existência, tem passado por distintas fases e ressignificações históricas, refletindo as transformações sociais, políticas e culturais de cada período. Apesar de que já na Idade Média, se podiam notar sinais de extensão, com forte marca do assistencialismo religioso, foi no século XIX, especialmente na Inglaterra, em que a extensão se manifestou efetivamente na forma da educação continuada (*lifelong education*), com cursos

voltados à formação cidadã e popular, como os oferecidos pela Universidade de Oxford, impulsionados pelos ideais da Revolução Francesa. Esse período marca o surgimento de universidades populares, escolas públicas e bibliotecas, numa tentativa de democratizar o acesso ao saber. (Brás, 2018; Cristofolletti & Serafim, 2020; Ima-Panzo, 2018; Menéndez, 2019;)

A consolidação da extensão universitária na Europa, especialmente no século XIX, estabeleceu as bases para a difusão de outras regiões do mundo. No continente americano, esse movimento teve início por volta de 1860, com viés assistencialista, voltada para a prestação de serviços técnicos especializados de apoio aos pequenos produtores da agricultura familiar, camponeses e empresários. Já na América Latina, a extensão adquiriu contornos mais de transformação social, impulsionada pelas tensões sociais e políticas da época. A Reforma Universitária de Córdoba, em 1918, constitui um marco nesse processo, ao incorporar princípios como a democratização do conhecimento, o compromisso social das universidades e o reconhecimento da educação como bem público (Augusto, 2020; Kirkwood, 2018; Paula, 2013).

A influência da extensão na América Latina, marcada por um forte compromisso com a transformação social e a democratização do conhecimento, contrasta com o percurso seguido em contextos africanos, como o de Angola. Neste país, o desenvolvimento da extensão universitária profundamente enraizado na sua história colonial e pós-colonial (Morais & Palmeirão, 2025). Nos últimos anos do regime escravocrata e com a criação das primeiras IES, a extensão foi instrumentalizada como ferramenta de assimilação dos nativos aos valores e normas da cultura colonial portuguesa (Ima-Panzo, 2018; Paula, 2013; Silva, 2016). Mesmo após a independência, manteve-se um modelo de extensão de carácter assistencialismo, herdado do sistema colonial. Com o tempo, no entanto, começaram a emergir iniciativas mais estruturadas, ainda que fragmentadas e de limitada institucionalização (Brás, 2018; Ima-Panzo, 2018; Nguluvu, 2020).

Após a independência, o ensino superior angolano manteve, em grande medida o sistema de extensão baseado no assistencialismo, consubstanciado na oferta de cursos, trabalhos filantrópicos e alianças populares, desarticulado das reais necessidades do seu território (Silva, 2016). No entanto, à medida que o país foi consolidando as suas estruturas, emergiram ações, projetos e práticas mais estruturadas no campo da extensão. A propósito, Ima-Panzo (2018) afirma que,

quer nas normas gerais do Subsistema do Ensino Superior, quer nos estatutos orgânicos das universidades, quer ainda no estatuto da carreira docente (em vigor), o uso da expressão Extensão Universitária assume um carácter marcadamente confuso, sem identidade terminológica na definição do conceito de universidade. Ou seja, tudo o que não tem definição é Extensão Universitária. Nestas normas gerais, a Extensão Universitária é identificada como complementar, acessória, portanto, dispensável, como ficou provado no estatuto da carreira docente universitária, em que a Extensão Universitária é caracterizada como um conjunto de tarefas, sem definição, sem carácter de incumbência para o docente. (pp. 69-70)

Apesar dos avanços no plano discursivo quanto à importância da extensão universitária, observa-se, no contexto angolano, uma carência de medidas regulatórias específicas e de articulação comunitária. A consolidação deste eixo enquanto dimensão estruturante da academia tem ocorrido de forma lenta e com impacto limitado. Tal cenário revela segundo a literatura, a necessidade de iniciativas articuladas e concretas de valorização e reconhecimento do território como parte vital do processo académico e de interação universidade – comunidade (Cristofolletti & Serafim, 2020).

Neste contexto de fragilidades institucionais, e de reconhecimento ainda incipiente, a literatura especializada concebe a extensão não apenas como um conjunto de atividades complementares, mas, como um processo educativo, cultural e científico que integra e promove a relação dialógica entre universidade e as comunidades. Tal conceção, amplamente difundida no

debate latino-americano, entende a extensão como espaço de produção partilhada de conhecimentos e de intervenção social, ancorada na indissociabilidade entre ensino, investigação e extensão (FORPROEX, 1987; Ima-Panzo, 2018; Rodrigues, 2015).

À luz desse referencial teórico, a extensão é compreendida como uma prática educativa, interdisciplinar e política, na medida em que promove o diálogo crítico com os diversos setores sociais e incorpora os saberes produzidos nos territórios como elementos constitutivos do processo académico. Nesta perspetiva, a relação dialógica inerente à extensão, é concebida como uma via de mão dupla que favorece a aprendizagem ativa, estimulando a reflexão crítica sobre teorias e práticas académicas a partir da interação com saberes populares e experiências comunitárias (Iwanczuk, 2023; Steigleder et al., 2019). Como destacam Pereira et al. (2025), a extensão desempenha um papel estratégico de conexão entre a universidade e a sociedade, sendo peça-chave nos debates sobre a responsabilidade social do ensino superior. Mais do que isso, constitui o “lugar da alteridade por excelência” (Deus, 2018, p. 629), ao promover o reconhecimento da pluralidade sociocultural e étnico-racial.

Por fim, ao ampliar a sua presença junto a organizações e comunidades, a extensão possibilita que a universidade se insira ativamente nos diferentes contextos sociais e, ao mesmo tempo, acolha contribuições que fortalecem e consolidam o ensino e a pesquisa (Gonçalves & Vieira, 2015, p. 284).

No âmbito desse debate crítico sobre a extensão universitária, consolidaram-se leituras de carácter emancipatório, fortemente influenciadas pelo pensamento de Paulo Freire (1985), que coloca a troca de saberes entre universidade e comunidade como eixo formativo central. A esta perspetiva somam-se as contribuições de Santos e Filho (2008), que, ao descortinarem os conceitos de conhecimento valorizando múltiplas epistemologias e da ecologia de saberes, desafiam a hegemonia epistemológica e valorizam os saberes locais e populares.

Diante deste legado conceitual e da diversidade de definições práticas existente, torna-se imprescindível que as atividades de extensão sejam institucionalmente regulamentadas e acompanhadas. Afinal, a interação dialógica da universidade ocorre na e com a comunidade, composta por sujeitos históricos e sociais -, demanda uma atuação pautada por responsabilidade ética, compromisso político e diretrizes claras, essenciais à sua legitimidade e efetividade.

## **Evolução e Desafios do Ensino Superior em Angola**

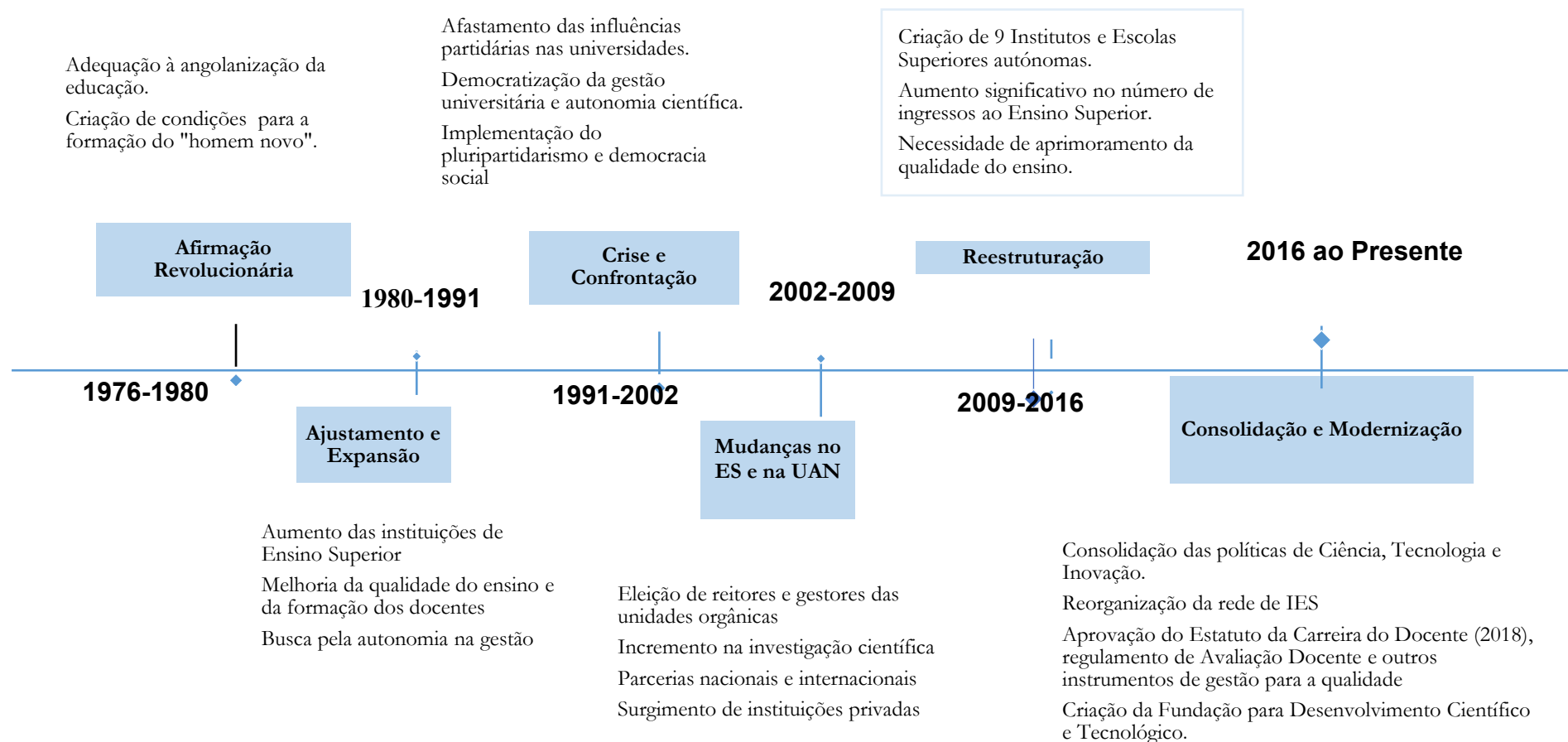
O ensino superior em Angola possui uma trajetória singular no que respeita ao desenvolvimento do país. O período colonial, marca de forma indelével o sistema educacional e as poucas oportunidades para os angolanos nativos (Kiluange, 2024). O ano de 1962, marca o aparecimento dos Centros de Estudos Universitários e, com eles, a estrutura formal de Ensino Superior (Decreto-lei n.º 3235/1962). Progressivamente, estes centros, evoluem para os Estudos Gerais Universitários (Decreto n.º 44530/1963) e posteriormente para a designada Universidade de Luanda (Decreto-lei n.º 48790/1968). Em Angola, as universidades tiveram o seu início em 1961, ano coincidente com a luta armada pela libertação do país e que haveria de marcar o começo das mudanças educacionais e sociais (Ima-Panzo, 2018; Santos, 1970; Silva, 2016).

Após a independência, em 1975, as políticas de gestão e os objetivos das universidades foram sendo adequadas ao contexto político-social que se vivia, onde, o principal interesse era a implementação e a manutenção do sistema político socialista do partido único. Outrossim, buscava a formação e preparação de uma elite de quadros com formação superior que pudesse “enraizar e assegurar o alargamento da política socialista e do serviço burocrático do aparelho do “Estado Novo” (Nguluve, 2020, p. 73). Assim, as Universidades passaram a ser direcionadas aos interesses e políticas do partido Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), cuja dimensão ideológica socialista, de carácter popular, a colocava ao “serviço das camadas menos favorecidas e viradas para a resolução de problemas sociais” (Silva, 2016, p. 33).

O ensino superior angolano passou e passa ainda por um longo processo de desenvolvimento, aqui traduzido na Figura n.º 1)

**Figura 1**

*Evolução do Ensino Superior em Angola*



Fonte: Adaptado, Silva (2016).

Diante dos desafios estruturais que o ensino superior angolano tem vindo a enfrentar, o Governo e as instituições do setor têm implementado uma série de políticas e iniciativas voltadas para a melhoria da gestão institucional e da qualidade académica. Desde a entrada em vigor da Lei n.º 17/16, que define o subsistema de ensino superior em Angola ao enquadrar a formação de quadros, a investigação científica e a extensão universitária como pilares para o desenvolvimento nacional (República de Angola, 2016), têm sido promovidas medidas para fortalecer a coordenação e a eficiência das instituições.

Entre essas medidas, destacam-se a incorporação de metas educacionais no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018–2022, que prevê medidas para expandir a rede de instituições superiores, reforçar mecanismos de avaliação e certificação da educação superior e qualificar docentes. Complementa-se a este o Plano de Desenvolvimento do Capital Humano de Angola (ACH) 2023–2037, que surge para orientar a formação de quadros e responder às necessidades de capacitação do país, estabelece programas de ação dirigidos à formação graduada e pós-graduada, à formação de professores e ao fortalecimento das instituições formadoras de capital humano (República de Angola, 2023).

Mais recentemente, programas de apoio como o Projeto de Desenvolvimento do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (TEST), financiado pelo Banco Mundial e pela Parceria Global para a Educação (GPE), têm estruturado intervenções de longo prazo para fortalecer a formação docente, a governança institucional e a qualidade dos processos formativo (Banco Mundial, 2023; MESCTI/Projeto TEST, 2025). Por outro lado, reformas regulatórias, incluindo de revisão de cursos que não atendem a padrões mínimos de qualidade, evidenciam um maior rigor na avaliação institucional e na racionalização dos recursos aplicados, consolidando esforços para tornar o sistema de ensino superior mais eficiente, relevante e alinhado às demandas sociais e económicas do país.

Paralelamente aos esforços de reforma e aos programas de apoio internacional voltados ao fortalecimento institucional, o subsistema de ensino superior em Angola encontra-se estruturado por um conjunto de instrumentos legais que definem a organização das instituições, a carreira docente e os processos de avaliação, incluindo aspetos relacionados à extensão universitária. Destacam-se a Lei n.º 32/20, que estabelece a estrutura geral do sistema educativo, incluindo o subsistema de ensino superior, e o Decreto Presidencial n.º 320/20, que regulamenta o funcionamento das IES públicas e privadas. Normas complementares, como o Decreto Presidencial n.º 90/09, o Decreto Presidencial n.º 191/18 e o Decreto Presidencial n.º 121/20, regulam, respetivamente, diretrizes gerais do subsistema, a carreira docente e os critérios de avaliação de docentes, contemplando ensino, investigação e extensão. No âmbito da qualidade, o Decreto Presidencial n.º 203/18 estabelece padrões e procedimentos de acreditação, enquanto o Decreto Presidencial n.º 178/21 cria a Fundação para Desenvolvimento Científico e Tecnológico, reforçando pesquisa e inovação.

A implementação prática da extensão é regulada de forma indireta por estes instrumentos legais e normativos, incluindo os estatutos orgânicos das universidades, os Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Apesar do reconhecimento formal da extensão como pilar estratégico, não existe um regulamento nacional detalhado que padronize a sua implementação, o que contribui para a fragmentação das práticas e para sua valorização ainda limitada em muitas universidades (Chocolate & Brás, 2018; Ima-Panzo, 2018). No momento da pesquisa, apenas uma instituição disponibilizava seu regulamento de extensão, cuja análise será apresentada na seção de resultados.

## **Opção Metodológica**

Neste trabalho, a estratégia metodológica é de natureza qualitativa, porque visa compreender e interpretar os significados e o contexto das IES em Angola, especificamente os

que desenvolvem atividades de extensão universitária. Conforme sublinha Demo (2005), a pesquisa qualitativa permite apreender a complexidade dos fenômenos sociais e das práticas institucionais, justificando a escolha desta abordagem.

Para este estudo, utilizamos a análise documental como técnica de recolha e análise de dados, uma vez que os documentos institucionais e materiais arquivísticos constituem fontes relevantes para compreender dimensões contextuais, normativas e processuais das instituições (Creswell, 2009). Foram analisados documentos disponibilizados nos *sites* oficiais do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola, bem como das instituições públicas de ensino superior ( $n=7$ ) selecionados com base na sua disponibilidade pública *online*, totalizando catorze fontes. A opção por esta técnica, fundamenta-se na sua capacidade de permitir o acesso a informação previamente organizada e de favorecer uma interpretação crítica dos processos institucionais, das políticas educacionais e da produção de conhecimento (Afonso, 2014; Bowen, 2009). A seleção documental estruturou-se em ordem a seguir os critérios de rigor, autenticidade, credibilidade e representatividade conforme proposto por Scott (1990), assegurando a fiabilidade e a qualidade das fontes analisadas, conforme apresentado no Quadro 1.

### Quadro 1

#### *Documentos Oficiais Objeto de Análise*

Fonte	Ano	Objeto	Principais Diretrizes
Lei nº 32/20 [L32/20]	2020	Lei de Bases do Sistema de Educação	Define a estrutura do ensino, incluindo o subsistema de ensino superior
Decreto Presidencial nº 320/20 [DP310/20]	2020	Regime Jurídico do Subsistema de Ensino Superior	Define a estrutura e funcionamento das IES públicas e privadas.
Decreto Presidencial 90/09	2009	Normas gerais reguladoras do Subsistema de Ensino Superior	Estabelece as diretrizes nacionais para o funcionamento das IES
Decreto Presidencial nº 191/18 [DP191/18]	2018	Estatuto da Carreira Docente	Estabelece regras para ingresso, progressão e regime de trabalho dos docentes.
Decreto Presidencial nº 121/20 [DP121/20]	2020	Avaliação de Desempenho Docente	Regulamenta critérios de avaliação de docentes, considerando ensino, pesquisa e extensão.
Decreto Presidencial nº 203/18 [DP203/18]	2018	Avaliação e Acreditação da Qualidade	Define padrões e procedimentos para a acreditação de instituições e cursos.
Decreto Presidencial nº 178/21 [DP178/21]	2021	Criação da Fundação para Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Institui um órgão para apoiar pesquisas científicas e inovação tecnológica.
Planos de Desenvolvimento Institucional [PDI] ( $n=6$ )	2022-2027	Estratégias de crescimento das IES	Estabelecem metas e ações para expansão e melhoria da qualidade.
Regulamento Interno da Extensão [RIE] ( $n=1$ )	2016	Normas para ações de extensão universitária.	Regulamenta como as IES devem integrar ensino, pesquisa e extensão.

*Fonte:* elaboração das autoras

Para a análise, foi utilizado o Modelo de Avaliação Sistémico<sup>1</sup>, proposto e desenvolvido por Stufflebeam (1971, 2000, 2019), enquanto instrumento de avaliação capaz de analisar diferentes componentes: contexto, insumos, processos, produtos (Stufflebeam & Zhang, 2017). O modelo CIPP foi adaptado para a realidade da extensão universitária, tendo em atenção os critérios de análise e significados de cada um dos componentes do modelo para gerar sentido dentro dos princípios e da lógica da extensão universitária. Na base, a necessidade de proporcionar uma análise sistémica e criteriosa das políticas e práticas institucionais.

## Resultados

A aplicação do modelo CIPP permitiu organizar a análise da extensão universitária a partir de uma estrutura clara e abrangente, que contemplou elementos como missão, visão, valores institucionais, práticas desenvolvidas e os impactos gerados. Cada componente do modelo – Contexto, Insumos, Processos e Produtos – foi interpretado à luz da realidade da instituição, respeitando os seus significados originais e sendo ajustado para refletir as particularidades da extensão no ensino superior.

- **Contexto** – analisou-se a definição institucional de extensão universitária e sua relevância no tríptico ensino-pesquisa-extensão, identificando o lugar que ocupa nas políticas e discursos institucionais;
- **Insumos** – foram analisadas as políticas institucionais, diretrizes estratégicas e financiamento que sustentam as ações de extensão, revelando os recursos e condições estruturais existentes;
- **Processos** – avaliou-se a estrutura interna, das IES através dos seus documentos, os modos de implementação e a articulação da extensão com o ensino e a pesquisa, destacando práticas, fluxos e dinâmicas operacionais;
- **Produto** – investigaram-se os mecanismos de avaliação e monitorização, bem como o impacto na comunidade, com foco nos resultados efetivos e na retroalimentação institucional. (Quadro 2 e 3).

Ao todo, foram identificados e examinados sete (Quadro 2). A análise dos documentos supra, permitiu perceber que a extensão universitária é reconhecida como parte integrante da gestão das IES A L32/20 reforça essa compreensão ao incluir a extensão como um dos elementos centrais da missão institucional. No entanto, essa legislação ainda não apresenta diretrizes específicas para sua implementação prática. Complementarmente, os DP203/18 e DP90/09 identificam a extensão como componente essencial da política institucional, destacando sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa – o que consolida o tríptico ensino-pesquisa-extensão como base da missão académica. Além disso, o D191/18 associa a extensão às estratégias de desenvolvimento educacional, atribuindo aos docentes, responsabilidades diretas para a sua promoção. Por fim, o D121/20 estabelece a inclusão da extensão nos processos de avaliação institucional e no desenvolvimento profissional, evidenciando o papel estratégico que lhe é conferido no fortalecimento da qualidade do ensino superior.

Apesar do reconhecimento legal da extensão universitária como parte da missão e da política das IES, os documentos oficiais analisados não apresentam orientações claras quanto à sua operacionalização. Embora a participação dos docentes em atividades de extensão esteja prevista como um dos indicadores no regulamento de avaliação de desempenho, não foram identificados mecanismos objetivos que assegurem o acompanhamento, o registo e o controlo efetivo dessa participação. Essa lacuna normativa compromete a institucionalização plena da

---

<sup>1</sup> Doravante Modelo CIPP

**Quadro 2***Análise dos documentos legais nacionais*

Dimensão	Categoria	L32/20	DP191/18	DP90/09	DP310/20	DP121/20	DP203/18
Contexto	Definição e papel da extensão	Considerada função do ensino superior (Art. 76.º, 78.º e 79.º), associada à formação, investigação e democracia institucional.	Considerada uma das funções do docente. Art. 6º	Apresenta a extensão como parte da gestão universitária com objetivos e metas a cumprir (Art. 8.º e 17.º)	Considera a extensão parte da gestão universitária.	Reconhecida como uma das dimensões da atuação do docente. Art.17º	Definida como função essencial das IES (Art. 3.º, alínea e).
Recursos	Diretrizes e regulamentação	Referência geral, sem detalhamento operacional. Art.63º, alínea g.	As ações dos docentes dependem da gestão institucional.	Define competências institucionais para extensão. Art 17ª	Legitima todo o quadro jurídico-legal da extensão Art. 21º, alínea a).	Prevê avaliação docente também pela extensão. 17º	Reforça a função da extensão como compromisso institucional.
	Financiamento e parcerias	Não menciona especificamente.	Sem menção específica.	Apresenta de forma geral como responsabilidade do Governo financiar as IES. Art. 98.	Deve apoiar as IES na criação de parcerias estratégicas. Art.21º, al. d)	A Instituição é responsável por criar as condições para a execução de projetos.	Sem referência específica.
	Integração	Mencionada como articulada ao ensino e pesquisa. Art. 78.	Faz parte das obrigações dos docentes, junto ao ensino e à pesquisa.	Apresenta a extensão como parte integrante da gestão.	Considerada uma das missões das IES, merecedora de acompanhamento e regulamentação. Art. 21º.	Parte das quatro dimensões da carreira docente. Art.17º	Integrada à missão das IES.
Processo	Estrutura organizacional	Implicação em gestão democrática participativa. Art.79	Recebe orientações por parte dos gestores	Prevê competências de gestão na extensão. Art. 17.	Deve fornecer apoio à gestão.		
Produto	Atividades	Reconhecida como atividade fundamental das IES.	Deve idealizar e participar de atividades relacionadas.	Ligada ao desenvolvimento comunitário, através da prestação de serviços. Art. 18, 28,98.	Deve apoiar as atividades promovidas pelas IES.	Envolve participação docente em ações sociais e comunitárias. Art. 27º	
	Avaliação	Não menciona	A extensão conta para a avaliação dos docentes.		Cria mecanismos de autoavaliação e avaliação externa das atividades. Art. 21º	Avaliada como dimensão da carreira docente, com diferentes parâmetros. Art. 26º,27º e 28º.	

Fonte: elaboração das autoras

extensão, dificultando a sua integração prática nas rotinas académicas e a valorização do seu impacto no desenvolvimento profissional e comunitário.

Concretamente, os resultados evidenciam o facto de a extensão universitária reforçar o papel transformador da universidade nas dinâmicas sociais contemporâneas, tal como defendem Freire (1985), Figueiredo et al. (2021) e Santos e Filho (2008). Apesar de prevista a sua inclusão no processo de avaliação docente (DP121/20) a ausência de critérios robustos e mecanismos de acompanhamento limita o seu impacto na consolidação da extensão como dimensão estruturante da prática académica.

Relativamente aos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), foram identificados e analisados seis documentos institucionais, correspondentes a diferentes tipologias de instituições de ensino superior angolanas. O conjunto analisado integra um Instituto Superior Politécnico ( $n=1$ ), três Institutos Superiores de Ciências da Educação ( $n=3$ ), uma Escola Superior Pedagógica ( $n=1$ ) e uma Universidade ( $n=1$ ), os quais foram identificados, respetivamente, pelas siglas I1, I2, I3, I4, I5 e I6. A análise incidu sobre os respetivos Planos de Desenvolvimento Institucional, conforme sistematizado no Quadro 3.

A leitura comparativa dos Planos de Desenvolvimento Institucional permite identificar padrões e assimetrias na forma como a extensão universitária é concebida, organizada e operacionalizada nas instituições analisadas.

Por razões éticas e de respeito ao anonimato institucional, os nomes das instituições não são explicitados, tendo-se optado pela identificação alfanumérica. A seleção dessas instituições baseou-se exclusivamente na disponibilidade pública dos respetivos Planos de Desenvolvimento Institucional nos seus sites oficiais, critério previamente definido na metodologia do estudo.

Embora distintas quanto à sua natureza e missão institucional, as seis instituições partilham um enquadramento comum no sistema de ensino superior angolano, tendo sido criadas no âmbito do processo de expansão e diversificação da oferta formativa ocorrido nas últimas décadas. Os respetivos PDI abrangem períodos de vigência compreendidos entre 2022 e 2027, o que assegura relativa homogeneidade temporal para efeitos de análise comparativa.

A análise dos documentos evidencia que todas as instituições reconhecem a extensão universitária como uma dimensão relevante da sua missão institucional, ainda que com diferentes níveis de formalização e operacionalização.

No plano do contexto, a extensão é definida como mecanismo de articulação entre a universidade e a sociedade, orientado para a “resposta às necessidades sociais” (I1, p. 63), para a promoção social por contribuir “significativamente para a mudança da sociedade” (I2, p. 20), e de “desenvolvimento social, económico e cultural das comunidades” (I3, p. 64). A interação com as comunidades é valorizada, destacando-se o seu papel transformador. Como escrito por Paulo Freire (1985), “o conhecimento, (...), exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade” (p.16). Neste sentido, A I1 destaca a extensão como um “factor de integração do ensino e investigação científica com o objectivo de dar resposta às necessidades sociais, pelo que representa um forte compromisso com a comunidade” (p. 63), enquanto a I4 enfatiza a “troca de saberes, como uma relação dialógica que possibilite o “empoderamento” mútuo da universidade e a sociedade” (p. 63).

No que se refere aos recursos normativos, observa-se uma heterogeneidade significativa. Apenas a instituição I1 dispõe de um regulamento interno de extensão universitária formalmente aprovado. Nas restantes instituições (I2, I3, I4, I5 e I6), a extensão é enquadrada por políticas institucionais, diretrizes estratégicas ou referências constantes nos respetivos PDI, encontrando-se, segundo informação disponibilizada nos sites institucionais, os regulamentos específicos de extensão “em fase de elaboração”. A ausência desses documentos normativos formais limita a padronização das práticas extensionistas e a definição clara de critérios de organização, financiamento e avaliação.

**Quadro 3***Planos de Desenvolvimento Institucional das IES*

Dimensão	Categoria	I1	I2	I3	I4	I5	I6
Período de vigência PDI		2022-2027	2022-2027	2023-2027	2022-2027	2023-2027	2023-2027
Contexto	Definição e papel da extensão	Fator de integração entre ensino e pesquisa, atendendo às necessidades sociais.	Articulação da universidade com a sociedade para transformação social.	Interação entre universidade e sociedade para o desenvolvimento cultural e econômico	Troca de saberes e empoderamento mútuo entre universidade e comunidade.	Prestação de serviços à comunidade, com valorização recíproca.	Dimensão central articulada com ensino e pesquisa, promovendo o desenvolvimento comunitário.
	Diretrizes e regulamentação	Regulamento interno de extensão universitária.	Política institucional baseada no diálogo horizontal IES-sociedade.	Política de extensão vinculada às Linhas Estratégicas de Intervenção Institucional.	Diretrizes para a organização e gestão de projetos, mas sem política específica.	Extensão como área de atuação principal, mas sem regulamentação específica.	Política institucional específica integrada ao ensino e pesquisa.
Recursos	Estrutura organizacional	Diretoria Adjunta para Assuntos Científicos coordena a extensão.	Gabinete de Cooperação e Extensão organiza e executa as atividades.	Não há um setor específico mencionado para a extensão.	Centros específicos (CEBEA, CIDE) articulam pesquisa e extensão.	Não há um sistema de gestão para extensão, mas há interesse em criar um departamento.	Vice-Reitoria coordena a extensão, junto a diretores e conselhos científicos.
	Financiamento e parcerias	Recursos do Orçamento Geral do Estado, receitas próprias e parcerias externas.	Recursos institucionais e colaborações interinstitucionais.	Parcerias nacionais e internacionais, sem menção a fundos específicos.	Apoio institucional, mas sem financiamento específico para extensão.	Não há fundo próprio, mas parcerias podem viabilizar atividades.	Recursos internos, parcerias externas e fontes complementares.
Processo	Integração	Projetos e eventos vinculados aos cursos, com envolvimento de alunos e professores.	Atividades incluídas na carga horária docente e ligadas à iniciação científica.	Transferência dos saberes gerados pela pesquisa para a sociedade.	Uso de resultados de pesquisa para enfrentar desafios sociais e ecológicos.	A integração com ensino e pesquisa é mencionada, mas pouco estruturada.	Extensão fortemente vinculada às linhas de investigação dos departamentos acadêmicos.

Dimensão	Categoria	I1	I2	I3	I4	I5	I6
Período de vigência PDI		2022-2027	2022-2027	2023-2027	2022-2027	2023-2027	2023-2027
	Atividades	Conferências internacionais, revista científica especializada.	Programas e projetos voltados para necessidades locais e regionais.	Projetos estratégicos definidos pelas diretrizes institucionais.	Projetos de biodiversidade e educação ambiental nos centros de pesquisa.	Nenhuma atividade de impacto social em curso no momento.	Programas institucionais desenvolvidos por departamentos acadêmicos.
Produto	Avaliação	Monitoramento regular das atividades de extensão.	Referência a métricas gerais de avaliação institucional, mas sem sistema específico para extensão.	Avaliação de satisfação dos beneficiários e gestão interna baseada em diretrizes nacionais.	Em fase de criação de indicadores específicos para extensão.	Avaliação geral dentro do planejamento estratégico institucional.	Critérios de impacto social e contribuição ao desenvolvimento comunitário incluídos na avaliação institucional.

Fonte: elaboração das autoras

No caso da instituição I1, o regulamento de extensão universitária encontra-se formalmente aprovado em órgão colegial e disponível no respetivo site institucional. Este documento estabelece a extensão como uma função estruturante da instituição, articulada com o ensino e a pesquisa, e orientada para a interação sistemática entre a universidade e a sociedade. Sustenta-se nos dispositivos legais que regem o ensino superior em Angola e nos princípios da responsabilidade social universitária, definindo objetivos, modalidades de ação e critérios de participação dos diferentes atores institucionais. Do ponto de vista organizacional, o regulamento prevê uma estrutura responsável pela coordenação das atividades de extensão, bem como mecanismos de planeamento, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas, ainda que com limitações ao nível da definição de indicadores específicos de impacto social.

Relativamente à estrutura organizacional, os resultados indicam diferentes modelos de coordenação da extensão. As instituições I1, I2 e I6 atribuem esta função a gabinetes específicos ou a unidades de cooperação, a integram em diretorias científicas ou vice-reitorias, não existindo, contudo, um modelo uniforme de gestão da extensão no conjunto analisado. As demais instituições não mencionam setores específicos responsáveis por esta área.

No domínio do financiamento e das parcerias, os PDI revelam uma dependência predominante de recursos institucionais, do Orçamento Geral do Estado e de parcerias externas. A título ilustrativo, a I6 utiliza ambas as fontes, enquanto a I5 depende exclusivamente de parcerias, devido à ausência de financiamento interno.

No que respeita aos processos, a integração entre ensino, pesquisa e extensão é referida em todos os documentos, embora com distintos graus de concretização. Algumas instituições (I1, I2 e I4) evidenciam uma articulação mais explícita por meio de projetos vinculados aos cursos e às linhas de pesquisa, enquanto outras (I3, I5, I6) das apresentam menções genéricas, sem mecanismos operacionais claramente definidos.

As atividades de extensão variam entre palestras, conferências (nacionais e internacionais), projetos estratégicos, programas de formação e ações voltadas às necessidades imediatas das comunidades locais. A I4, por exemplo, tem desenvolvido projetos nas áreas de biodiversidade e educação ambiental, enquanto a I1, além de diversos projetos, promove conferências e publica uma revista científica especializada. Apenas uma (I 5) das seis instituições não possui, atualmente, atividades com impacto social em curso.

A avaliação das atividades de extensão varia entre as instituições e, em geral, não segue uma métrica padronizada. Em alguns casos, como na I2, a avaliação é realizada com base nas políticas e critérios institucionais. A I6 adota critérios relacionados ao impacto social, enquanto a I1 realiza um monitoramento regular das ações. Segundo o seu PDI, a I4, está em desenvolvimento um conjunto de indicadores específicos para avaliar o impacto das atividades de extensão.

Importa ainda referir que a instituição I4 se destaca pela existência de dois centros de investigação com enfoque na preservação da biodiversidade e educação com atividades devidamente mencionados e descritos no seu site institucional. Esses centros evidenciam uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão, ainda que não enquadrada por um regulamento específico de extensão universitária.

## **Discussão**

Embora a extensão universitária seja reconhecida no ordenamento jurídico angolano como uma das funções do ensino superior, os dados deste estudo confirmam que esta dimensão permanece fragilizada quando comparada ao ensino e à pesquisa. Essa constatação converge com estudos anteriores que apontam a extensão como o elo menos consolidado nas instituições de ensino superior (IES), tanto em termos de atenção institucional quanto de alocação de recursos (Brás, 2019; Ima-Panzo, 2018).

A análise desenvolvida demonstra a inexistência de uma política ou de um regulamento nacional específico de extensão universitária que estabeleça diretrizes claras para a sua organização, implementação e avaliação. Esta lacuna persiste apesar do disposto no Decreto Presidencial n.º 310/20, nomeadamente no artigo 21.º, alíneas a) e b), que atribui ao órgão de tutela a responsabilidade de promover a criação de um quadro jurídico-legal que legitime as atividades de extensão e assegure o seu funcionamento.

A ausência desse enquadramento normativo nacional contribui para a fragmentação das práticas extensionistas e para a sua dependência de iniciativas institucionais isoladas, dinâmica que tem sido amplamente analisada no campo das políticas educacionais, ao evidenciar que a falta de regulação clara tende a deslocar a responsabilidade da implementação para as instituições, produzindo respostas desiguais e pouco articuladas (Gomes et al., Garrido, 2022).

Essa fragilidade normativa reflete-se diretamente na estrutura organizacional das IES. Os resultados indicam que nem todas as instituições dispõem de unidades específicas dedicadas à extensão universitária, sendo frequente a inexistência de cargos como o de Pró-Reitor para a Extensão e Cooperação nos organigramas institucionais (Brás, 2018; Ima-Panzo, 2018; Nguluve, 2020). Tal cenário dificulta a coordenação das ações extensionistas e limita a sua integração estratégica na missão institucional.

A ausência de regulamentação específica e de estruturas organizacionais consolidadas compromete igualmente a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Os documentos analisados revelam um tratamento desproporcional entre essas três funções, privilegiando o ensino e a pesquisa, enquanto a extensão tende a ser concebida como atividade complementar, e não como componente indissociável da formação universitária. Esta realidade enfraquece o princípio da indissociabilidade e restringe o potencial transformador da extensão no contexto educacional e social angolano.

Esta configuração institucional distancia-se das orientações internacionais que defendem a centralidade da extensão universitária no cumprimento da responsabilidade social das universidades. Organismos como a UNESCO (2018) e redes acadêmicas internacionais, como a *Global University Network for Innovation* (GUNI), têm sublinhado a necessidade de modelos organizacionais participativos e integrados, capazes de articular a produção de conhecimento acadêmico com as necessidades concretas das comunidades. De forma convergente, a Declaração de Talloires enfatiza o papel cívico das universidades e a sua responsabilidade na promoção do desenvolvimento sustentável, defendendo uma extensão comprometida com a formação cidadã e com a transformação social.

No contexto angolano, a ausência de um quadro regulatório robusto limita a concretização desses princípios. Como afirma Gonçalves (1991), “fazer intervir a lei tem, teoricamente, o sentido de promover a democratização do processo de decisão em matéria científica e a sua subordinação a valores e interesses socialmente reconhecidos” (p. 108). A inexistência de uma regulamentação específica para a extensão universitária reduz, assim, o seu potencial de institucionalização e de reconhecimento enquanto função estratégica do ensino superior.

Outro desafio estrutural identificado diz respeito ao financiamento da extensão universitária. O financiamento do ensino superior em Angola constitui uma questão central para o desenvolvimento do subsistema, marcada pela crescente demanda por serviços universitários, pela diversificação das áreas de formação e pelas exigências de expansão das infraestruturas e de qualificação do capital humano. Embora o Estado desempenhe um papel fundamental nesse processo, observa-se a inexistência de linhas específicas de financiamento destinadas à extensão universitária, o que compromete a sua implementação de forma sistemática e sustentável (Cerdeira et al., 2017; Manuel, 2020).

Diante dessa limitação, muitas instituições recorrem a parcerias com a sociedade civil e o setor empresarial como alternativa de suporte financeiro. No entanto, tais iniciativas tendem a ocorrer de forma pontual e pouco estruturada, não substituindo a necessidade de políticas públicas que reconheçam a extensão como dimensão estratégica da educação superior. Esta realidade contrasta com recomendações internacionais que defendem a captação de recursos orientados para projetos com impacto comunitário, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como forma de fortalecer a sustentabilidade das ações extensionistas.

No que se refere à avaliação do impacto social das atividades de extensão, os resultados apontam para uma atuação ainda incipiente. A ausência de indicadores específicos e de sistemas estruturados de avaliação dificulta a mensuração dos resultados efetivos dessas ações, tanto no âmbito institucional quanto no comunitário. Conforme assinalam Murad et al. (2020), a avaliação do impacto social constitui um elemento central para iniciativas com finalidade transformadora, uma vez que o retorno social representa um dos principais indicadores do seu sucesso. A fragilidade dos mecanismos avaliativos limita, portanto, a capacidade das IES de demonstrar o valor social da extensão e de utilizar esses dados para o aperfeiçoamento contínuo das suas práticas.

Apesar das fragilidades identificadas, os dados também evidenciam perspectivas para o fortalecimento da extensão universitária em Angola. A existência de dispositivos legais que reconhecem o papel social da universidade, aliada a iniciativas institucionais emergentes, indica a possibilidade de avançar para um modelo mais estruturado de extensão. Tal avanço passa pela

definição de diretrizes nacionais, pelo reforço da articulação entre ensino, pesquisa e extensão e pela adoção de mecanismos sistemáticos de avaliação do impacto social, contribuindo para a consolidação da extensão como dimensão estratégica da educação superior e como instrumento efetivo de transformação educacional e social.

### Considerações Finais

Este estudo analisou as políticas e práticas de extensão universitária em Angola, a partir de uma abordagem documental centrada nos instrumentos legais e institucionais que orientam a atuação das instituições de ensino superior. Os resultados indicam que, embora a extensão universitária seja formalmente reconhecida como uma das funções do ensino superior, a sua concretização permanece limitada, revelando fragilidades de natureza normativa, organizacional e operacional.

A análise evidenciou, em particular, a inexistência de um regulamento nacional específico de extensão universitária, o que contribui para a dispersão das práticas institucionais e para a ausência de referenciais comuns que orientem a sua implementação, financiamento e avaliação. Essa lacuna dificulta a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, favorecendo uma hierarquização funcional que tende a privilegiar as duas primeiras dimensões, enquanto a extensão permanece frequentemente concebida como atividade complementar. Tal configuração ajuda a compreender o recorrente (des)valor atribuído à extensão no contexto nacional, mesmo quando os documentos oficiais reconhecem o papel social da universidade.

No plano institucional, identificaram-se desafios relacionados à consolidação de estruturas organizacionais específicas para a extensão, à inexistência de mecanismos de financiamento dedicados e à fragilidade dos processos de monitorização e avaliação do impacto social das ações extensionistas. A ausência de indicadores sistemáticos compromete não apenas a mensuração dos resultados alcançados, mas também a visibilidade e o reconhecimento do contributo da extensão para a formação académica e para a transformação social das comunidades envolvidas.

Do ponto de vista metodológico, a utilização do modelo *Context, Input, Process e Product* (CIPP) revelou-se adequada para a análise integrada das condições que influenciam a extensão universitária em Angola, permitindo uma leitura articulada dos contextos normativos, dos recursos disponíveis, dos processos de implementação e dos resultados alcançados. Apesar das limitações do estudo, nomeadamente a cobertura institucional restrita e a escassez de documentação sistematizada, os resultados oferecem contributos relevantes para a reflexão crítica e para o aperfeiçoamento das políticas e práticas de extensão no ensino superior angolano.

Conclui-se que o fortalecimento da extensão universitária em Angola exige não apenas avanços normativos e institucionais, mas também uma mudança de natureza cultural e organizacional que reconheça a extensão como dimensão indissociável do ensino e da pesquisa. A consolidação dessa função constitui um passo fundamental para que as instituições de ensino superior possam cumprir, de forma mais plena, o seu papel na promoção do desenvolvimento comunitário e da transformação educacional e social no contexto nacional.

### Referências

- Afonso, N. (2014). *Investigação naturalista em educação. Um guia prático*. Fundação Manuel Leão.
- Altbach, P. G. (2016). *Global perspectives on higher education*. Johns Hopkins University Press.  
<https://doi.org/10.56021/9781421419268>

- Angola. (2018, 8 de agosto). Decreto Presidencial n.º 191/18. Aprova o Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 118.
- Angola. (2018, 30 de agosto). Decreto Presidencial n.º 203/18. Estabelece o Regime Jurídico de Avaliação e Acreditação da Qualidade. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 133.
- Angola. (2020, 12 de agosto). Lei n.º 32/20. Altera a Lei n.º 17/16 – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 123.
- Angola. (2020, 27 de abril). Decreto Presidencial n.º 121/20. Regulamento de Avaliação de Desempenho do Docente do Subsistema de Ensino Superior. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 57.
- Angola. (2020, 24 de dezembro). Decreto Presidencial n.º 320/20. Regime Jurídico do Subsistema de Ensino Superior. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 196.
- Angola. (2021, 16 de julho). Decreto Presidencial n.º 178/21. Cria a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Diário da República*, 1ª Série.
- Augusto, R. G. (2020). Extensão universitária: Da compreensão da gênese do conceito, características e propostas para alcançar a integração entre a universidade-comunidade. *Revista de Ciências Humanas*, 1-12.
- Ayres, J. R. (2015). Extensão universitária: aprender fazendo, fazer aprendendo. *Revista de Medicina*, 75-80. <https://doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v94i2p75-80>
- Bowen, G. A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, 27-49. <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>
- Brasil. Ministério da Educação. (1987). *Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária (FORPROEX)*. Brasília: FORPROEX.
- Brasil. Ministério da Educação. (2012). *Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária (FORPROEX)*. Manaus: FORPROEX.
- Brás, C. A. (2018). Extensão universitária e flexibilização curricular nas Instituições de Ensino Superior Públicas de Angola. *UDZIWI, Revista de Educação da Universidade Pedagógica*, 170-186.
- Brás, C. A. (2019). *A extensão universitária nas instituições públicas de ensino superior em Angola: Políticas de institucionalização e processos de gestão na Escola Superior Pedagógica do Bengo e Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda*. Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda: ISCED - Luanda.
- Comissão da União Africana. (2015). *Agenda 2063: A África que queremos* (pp. 1–24) African Union Commission. <http://www.un.org/en/africa/osaa/pdf/au/agenda2063.pdf>
- Creswell, J. W. (2009). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Sage publications.
- Cristofolletti, E. C., & Serafim, M. P. (2020). Dimensões metodológicas da extensão universitária. *Educação & Realidade*, 45(1), 1-20. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623690670>
- Demo, P. (2005). *Metodologia da investigação em educação*. IBPEX.
- Fernandes, D., Neves, C., Tinoca, L., Viseu, S., & Henriques, S. (2022). Relações entre as políticas públicas de educação e o desempenho de Portugal no PISA. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 1-24. <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6213>
- Figueiredo, T. D., Alves, C. C., Sousa, C., Rodrigues, G. H., & Pereira, C. A. (2021). A extensão universitária como agente transformadora da sociedade: Estudo de caso da Biblioteca Comunitária do bairro Saramenha de Cima -Ouro Preto/MG. *Research, Society and Development*, 10(16), 1-9. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i16.23664>
- Filho, A. M. (1996). Integração ensino-pesquisa-extensão. *II Simpósio Multidisciplinar "A Integração Universidade-Comunidade"*. Universidade São Judas Tadeu.
- FORPROEX (2012). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Brasil.

- <https://www.forproex.ufscar.br/documentos/politica-nacional-de-extensao-universitaria/view>
- Freire, P. (1985). *Extensão ou comunicação?* Paz e Terra.
- Frizzo, G., Marin, C. E., & Schellin, F. d. (Setembro-Dezembro de 2016). Extensão universitária como elemento estruturante da universidade pública do Brasil. *Curriculum sem Fronteiras*, 16(3), 623-643.
- Gomes, S. d., Melo, S. D., & Garrido, F. A. (2022). Educação superior na América Latina em tempos de crise. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 1-24. <https://doi.org/10.14507/epaa.30.7265>
- Gomez, S. d. (2022). *Extensão universitária em contextos emergentes de educação superior: Um estudo de casos comparados entre Brasil (UFSM) e Argentina (UNC)*. Universidade Federal de Santa Maria Centro de Educação. <https://doi.org/10.30681/rep.v14i1.10770>
- Ima-Panzo, J. (2018). *Extensão universitária em Angola. Tendências ações e projeções*. MAYAMBA.
- Iwanczuk, L. (2023). Educação para a transformação social: Convergências concetuais e legais para a praxis da extensão. Em J. M. Abreu, & P. R. Padilha, *Projeto extensão universitária em movimento: Artigos produzidos durante as formações do Instituto Paulo Freire* (pp. 116-124). Instituto de Educação e Direitos Humanos Paulo Freire.
- Kiluange, F. (2024). Sistema educativo angolano: Processos de desconstrução, construção e reconstrução dos seus fins e estrutura. *SAPIENTIAE: Ciências Sociais, Humanas e Engenharias*, 9(2), 196-211. <http://publicacoes.uor.ed.ao/index.php/sapientiae/>
- Kirkwood, M. L. (2018). Rethinking service: Visual arts at the land-grant university and in extension programming. *The Journal of Extension*, 1-12. <https://doi.org/10.34068/joe.56.07.20>
- Kui, H. (2023). Education quality evaluation method based on CIPP theory. Em J. C. Hung, N. Y. Yen, & J.-W. Chang, *Frontier computing. FC 2022. Lecture notes in electrical engineering* (pp. 1200-1207). Springer. [https://doi.org/10.1007/978-981-99-1428-9\\_155](https://doi.org/10.1007/978-981-99-1428-9_155)
- Menéndez, G. (2019). La agenda de la extensión universitaria. Camino al centenario de la Reforma Universitaria y de la Universidad Nacional del Litoral. Em D. Rios & M. Caputo, *Extensão universitária na América Latina: Conceitos, experiências e perspectivas* (pp. 19-37). EDUFBA.
- Morais, T. F., & Palmeirão, C. (2025). Práticas e contextos de extensão universitária: Uma scoping review. *Revista Contemporânea*, 1-31. <https://doi.org/10.56083/RCV5N4-072>
- Murad, E. P., Cappelle, M. C., & Andrade, D. M. (2020). A mensuração e avaliação de impacto social de empreendimentos sociais. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 3, 63-78. <https://doi.org/10.12712/rpca.v14i3.44590>
- Nguluve, A. K. (2020). Avanços e recuos no ensino superior angolano. Em A. Nguluve, I. Paxe & F. Mbiavanga, *A lei de bases do sistema de educação e ensino. Debates e proposições* (pp. 67-95). LITERACIA.
- Paula, J. A. (jul-nov de 2013). A extensão universitária: História, conceito e propostas. *Interfaces - Revista de Extensão*, 1(1), 05-23.
- Rodrigues, V. M. (2015). O fórum de pró-reitores de extensão e sua contribuição no debate sobre a extensão universitária. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 391-409. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v4n2a2015-34562>
- Santos, B. d. (1994). *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Edições afrontamento.
- Santos, B. d., & Filho, N. d. (2008). *A universidade no século XXI: Para uma universidade nova*. Coimbra.
- Scott, J. (1990). *A matter of record: Documentary sources in social research*. Polity Press.
- Silva, E. A. (2016). *Gestão do ensino superior em Angola. Realidades, tendências e desafios rumo à qualidade*. MAYAMBA-EDITORA.
- Silva, E. A. (2004). *O burocrático e o político na administração universitária. Continuidades e rupturas na gestão dos recursos humanos docentes na Universidade Agostinho Neto (Angola)*. [Tese de doutoramento,

- Universidade do Minho]. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/16324>
- Silva, L. A. da. (2013). Natureza humana e justicicação do estado em Thomas Hobbes. *Athenas*, 2, 223–239.  
[http://www.fdcl.com.br/revista/site/download/fdcl\\_athenas\\_ano2\\_vol1\\_2013\\_artigo11.pdf](http://www.fdcl.com.br/revista/site/download/fdcl_athenas_ano2_vol1_2013_artigo11.pdf)
- Stufflebeam, D. L. (1971). *The relevance of the CIPP evaluation model for educational accountability*. Annual Meeting of the American Association of School Administrators, Atlantic City, NJ, USA.
- Stufflebeam, D. L. (2000). The CIPP model for evaluation. Em D. L. Stufflebeam, G. F. Madaus & T. Kellaghan, *Evaluation models. Viewpoints on educational and human services evaluation* (Vol. 49, pp. 31-62). Springer. [https://doi.org/10.1007/0-306-47559-6\\_16](https://doi.org/10.1007/0-306-47559-6_16)
- Stufflebeam, D. L. (2019). The CIPP model for evaluation. Em T. Kellaghan, D. L. Stufflebeam, & L. A. Wingate, *International handbook of educational evaluation* (pp. 31-62). Springer.  
[https://doi.org/10.1007/978-94-010-0309-4\\_4](https://doi.org/10.1007/978-94-010-0309-4_4)
- Stufflebeam, D. F., & Zhang, G. (2017). *The CIPP evaluation model: How to evaluate for improvement and accountability*. The Guilford Press.
- Vallaes, F. (2014). La responsabilidad social universitaria: Un nuevo modelo universitario contra la mercantilización. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, 5(12), 105-117.  
<https://doi.org/10.22201/iisue.20072872e.2014.12.112>

## Sobre as Autoras

### **Tomásia Francisca Estevão Morais**

Universidade Católica Portuguesa do Porto (Portugal)

Universidade Rainha Njinga a Mbande (Angola)

[s-tjoão@ucp.pt](mailto:s-tjoão@ucp.pt) / [tomasiam@hotmail.com](mailto:tomasiam@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1604-955X>

Doutorada em Ciências da Educação pela Universidade Católica do Porto (UCP). Professora Auxiliar na Universidade Rainha Njinga a Mbande (URNM) em Angola e investigadora do Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano (CEDH) da Universidade Católica do Porto. É Presidente do Conselho Geral da Universidade em que trabalha, oradora e formadora.

### **Cristina Palmeirão**

Universidade Católica Portuguesa do Porto

[cpalmeirao@ucp.pt](mailto:cpalmeirao@ucp.pt)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1949-8641>

Doutorada em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (2008). Professora Auxiliar na Universidade Católica Portuguesa (UCP) e investigadora no Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano (CEDH). No âmbito do Serviço de Apoio à Melhoria da Educação (SAME), atua como Perita Externa no Programa TEIP desde 2009 e é autora de diversas publicações, além de oradora e formadora.

---

# arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 34 Número 55

9 de junho 2026

ISSN 1068-2341

---



Este artigo pode ser copiado, exibido, distribuído, e adaptado, desde que o(s) autor(es) e *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* sejam creditados e a autoria original atribuídos, as alterações sejam identificadas e a mesma licença CC se aplique à obra derivada. Mais detalhes sobre a licença Creative Commons podem ser encontrados em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* é publicado pela Mary Lou Fulton College for Teaching and Learning Innovation, Arizona State University. Os artigos que aparecem na AAPE são indexados em CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, España) DIALNET (Espanña), [DOAJ](#), EBSCO Education Research Complete, ERIC, Education Full Text (H.W. Wilson), PubMed, QUALIS A1 (Brazil), Redalyc, SCImago Journal Rank, SCOPUS, SOCOLAR (China).

Sobre o Conselho Editorial: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/about/editorialTeam>

Para erros e sugestões, entre em contato com [Fischman@asu.edu](mailto:Fischman@asu.edu)

---